



Medida provisória amplia o programa de concessão de bolsas-atleta

Chega ao Plenário MP de incentivo ao esporte

Medida provisória, que tranca a pauta, cria novas formas de estímulo à formação e ao alto desempenho dos atletas e modifica a Lei Pelé

O primeiro item na pauta de votações do Plenário, a partir de amanhã, é uma medida provisória editada ainda no governo Lula que cria novos mecanismos para estimular o surgimento de talentos esportivos, de olho no desempenho brasileiro nas

Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016. Os tipos de bolsas concedidos foram ampliados e seus valores, aumentados. O mesmo projeto também modifica a Lei Pelé, alterando as regras que regem a venda de jogadores profissionais de futebol. **3**

Consultoria Legislativa resgata debate sobre reforma da Previdência Social

Um dos temas mais polêmicos já debatidos no Congresso, a reforma do sistema previdenciário volta a dividir opiniões de parlamentares a partir de estudo da consul-

toria legislativa do Senado Meiriane Amaro. A tese que aponta rombo nas contas da Previdência é considerada um mito por boa parte dos críticos das mudanças. **4 e 5**

Senado e MPF trabalham juntos para ampliar transparência **2**

Cristovam elogia fala de Dilma sobre volta às aulas

O senador saudou a presidente da República por, no seu primeiro discurso em cadeia nacional, tratar da volta às aulas. Segundo Cristovam, que destacou o ineditismo do fato, Dilma Rousseff, acertadamente, vinculou a educação a progresso e justiça social. **6**



Comissão criada para elaborar proposta de reforma política tem ex-presidentes Fernando Collor e Itamar Franco (D)

Reforma política em mãos experientes **8**

Senadores se manifestam sobre anúncio de ajuste fiscal

Enquanto Aloysio Nunes criticou o ajuste fiscal anunciado pelo governo – afirmando que, ao promovê-lo, Dilma Rousseff quebra um compromisso eleitoral –, Jucá, Lindbergh e Gleisi Hoffmann defenderam a necessidade de cortes e elogiaram a iniciativa da presidente. **7**

Lídice: cultura e meio ambiente fora da LRF

Por meio de dois projetos de lei complementar (PLSs 20 e 21/11), a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) propõe alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para que despesas nas áreas de cultura e de meio ambiente não sofram limitação de empenhos financeiros.

De acordo com a LRF (Lei Complementar 101/00), empresas e órgãos públicos da União, estados, Distrito Federal e municípios podem limitar o empenho e a movimentação financeira de despesas caso, ao final do bimestre, percebam que a receita não será suficiente para cumprir as metas fiscais de resultado primário ou nominal.

A mesma lei isenta dessa limitação de gastos "as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias". As propostas de Lídice da Mata incluem os gastos nas áreas de cultura e de meio ambiente entre as que não podem ter despesas limitadas para o cumprimento dessas metas.

A senadora argumenta que a limitação das dotações da lei orçamentária prejudica a execução de ações essenciais à promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Ela também afirma que essas limitações impedem que a cultura "exerça na plenitude seu papel de agente catalisador da inovação e da expressão da criatividade brasileira, parte essencial do novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável que se almeja para o país".

O PLS 20/11 foi encaminhado para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e depois seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Já o PLS 21/11 seguiu para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e depois será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Lídice da Mata propõe alteração na LRF

Ato publicado na sexta-feira, no *Diário Oficial da União*, vai permitir o acesso mútuo das duas instituições em questões administrativas, contribuindo para maior transparência

Senado e MPF criam grupo para troca de informações



Procurador-geral da República, Roberto Gurgel, assinou o acordo José Sarney

UM DIA APÓS o presidente do Senado, José Sarney, anunciar a intensificação de reformas administrativas na Casa, foi publicada na sexta-feira, no *Diário Oficial da União*, a criação do Grupo de Coordenação Interinstitucional Senado Federal-Ministério Público Federal (MPF), cujo objetivo é conferir maior transparência às atividades do Senado e facilitar o intercâmbio de informações entre as duas instituições.

A comissão, que será composta por três representantes da administração do Senado e três representantes do MPF, vai se reunir mensalmente para promover a troca de informações processuais entre as instituições. O grupo também terá como missão criar planos de trabalho conjunto para

a investigação de fatos relevantes para a atuação do Ministério Público Federal.

O ato de criação do grupo, publicado na sexta-feira no *Diário Oficial da União*, foi assinado pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos. O acordo propicia à administração do Senado acesso a informações sobre procedimentos administrativos em curso no MPF relacionados aos serviços administrativos da Casa.

Em contrapartida, o MPF também terá acesso, quando em atuação extrajudicial, a documentos e outras provas sobre fatos relativos a serviços administrativos do Senado, desde que autorizado pelo presidente da Casa.

Presidente do Senado elogia trabalho das comissões de juristas

As comissões de especialistas que trabalham junto ao Senado para atualizar a legislação brasileira têm acertado, avaliou na quinta-feira o presidente do Senado, José Sarney, em entrevista coletiva. Para ele, esses grupos formados por juristas e profissionais do Direito dão celeridade às mudanças necessárias ao país.

– Está dando extremamente certo constituir comissões de especialistas que fornecem à Casa condições e subsídios para que se resolvam problemas que estavam insolúveis – destacou.

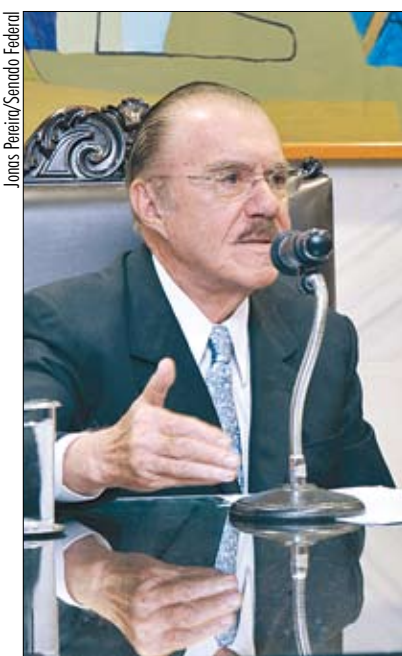
Sarney citou, por exemplo, as reformas dos códigos de Processo Civil e de Processo Penal:

– A reforma [do CPC] estava há 12 anos aqui e nós, em seis meses, conseguimos formar uma comissão de grandes juristas e grandes *experts* sobre o assunto. Votamos o Código de Processo Civil, que está na Câmara. Na quarta-feira, falei com o presidente da Câmara e ele disse que até o fim do ano votará o CPC, que é uma inspiração de todos os advogados, de toda classe de juristas brasileiros e também atende ao povo brasileiro. A mesma coisa nós fizemos com relação ao Código de Processo Penal: votamos e mandamos para a Câmara.

Outros códigos

O presidente do Senado previu que nos próximos seis meses deve ser terminado o anteprojeto de novo Código Eleitoral:

– Como diretriz para nossos trabalhos e estabelecendo metas



José Sarney comenta que gostaria de ver Lei das Execuções Penais atualizada

por estes seis meses, nós vamos terminar o projeto do Código Eleitoral. O ministro [do STF José Antonio] Toffoli, que é presidente da comissão de juristas e *expert* nesses assuntos [eleitorais], pediu uma dilatação do prazo, que foi dada até maio.

Outro código que passará pela atualização do Senado, segundo Sarney, será o Código de Defesa do Consumidor:

– Ele está precisando de algumas atualizações que interessam ao povo brasileiro. O ministro [do Superior Tribunal de Justiça] Herman Benjamin está presidindo essa comissão. Foi ele inclusive o autor do primeiro código; a parte principal foi feita por

ele. Ele agora está fazendo o aperfeiçoamento dessa legislação – afirmou.

Sarney também entrou na seara da legislação penal ao revelar que gostaria de ver reformada a Lei de Execuções Penais e as leis que tratam do sistema carcerário brasileiro.

– O problema carcerário brasileiro está um caos e merece um tratamento imediato. Precisamos dar os instrumentos legais para que o governo resolva isso. O Executivo precisa construir delegacias, dar mais qualidade de vida para aqueles que são presos e estabelecer o sistema de inteligência que possa combater o crime organizado – opinou. Para ele, é necessário unificar a legislação carcerária.

Reforma política

Por fim, Sarney tocou na reforma política. Segundo ele, a comissão de senadores responsável pela elaboração do anteprojeto terá 45 dias para entregá-lo (*leia mais na página 8*). "Ela está constituída e eu acredito que na próxima semana [esta semana] ela será instalada e começará imediatamente seus trabalhos", adiantou. E revelou seus critérios para compor o grupo:

– O meu objetivo foi escolher os homens mais importantes da Casa, com maior experiência, quer dizer, ex-presidentes da República, ex-governadores que tenham experiência sobre o processo político.

Ciro Nogueira propõe dedução de remédio controlado

Até a próxima quinta-feira poderão ser apresentadas emendas ao projeto do senador **Ciro Nogueira** (PP-PI) (PLS 12/11) que altera a legislação do Imposto de Renda Pessoa Física para permitir a dedução de despesas com medicamentos controlados. A matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Depois, tramitará na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

Atualmente podem ser deduzidos os pagamentos efetuados a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitalares, além de despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias. O projeto inclui nessa relação os gastos com medicamentos controlados.

Para fazer jus à dedução, o beneficiário deverá ter a receita médica e a nota fiscal do medicamento, com indicação de nome, endereço e número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do estabelecimento onde foi adquirido o remédio. **Ciro Nogueira** argumenta que a lei já autoriza a dedução no IR das despesas hospitalares, em que estão incluídas medicações utilizadas pelo paciente.

"O objetivo da lei foi o de poder abater no Imposto de Renda Pessoa Física todas as despesas efetuadas com saúde, desde o diagnóstico até a suposta cura, envolvendo até mesmo a correção ortopédica ou protética. Sem dúvida o legislador pensou em proteger o cidadão no que diz respeito à saúde. Porém, cabe-nos questionar: por que o Estado não pode compensar as despesas com medicação pagas diretamente pelo cidadão", justifica **Ciro Nogueira**.

Na avaliação do senador, o abatimento na declaração de IR das despesas com medicamento não é apenas uma questão de justiça social, mas também econômica.

Ciro Nogueira argumenta ainda que a Constituição assegura o direito à proteção à saúde, atribuindo ao Estado a obrigação de manter políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros males. Se o Estado não cumpre, opina o senador, nada mais justo que o cidadão possa se beneficiar do desconto.



Ciro Nogueira argumenta que despesas hospitalares já são dedutíveis

Agenda

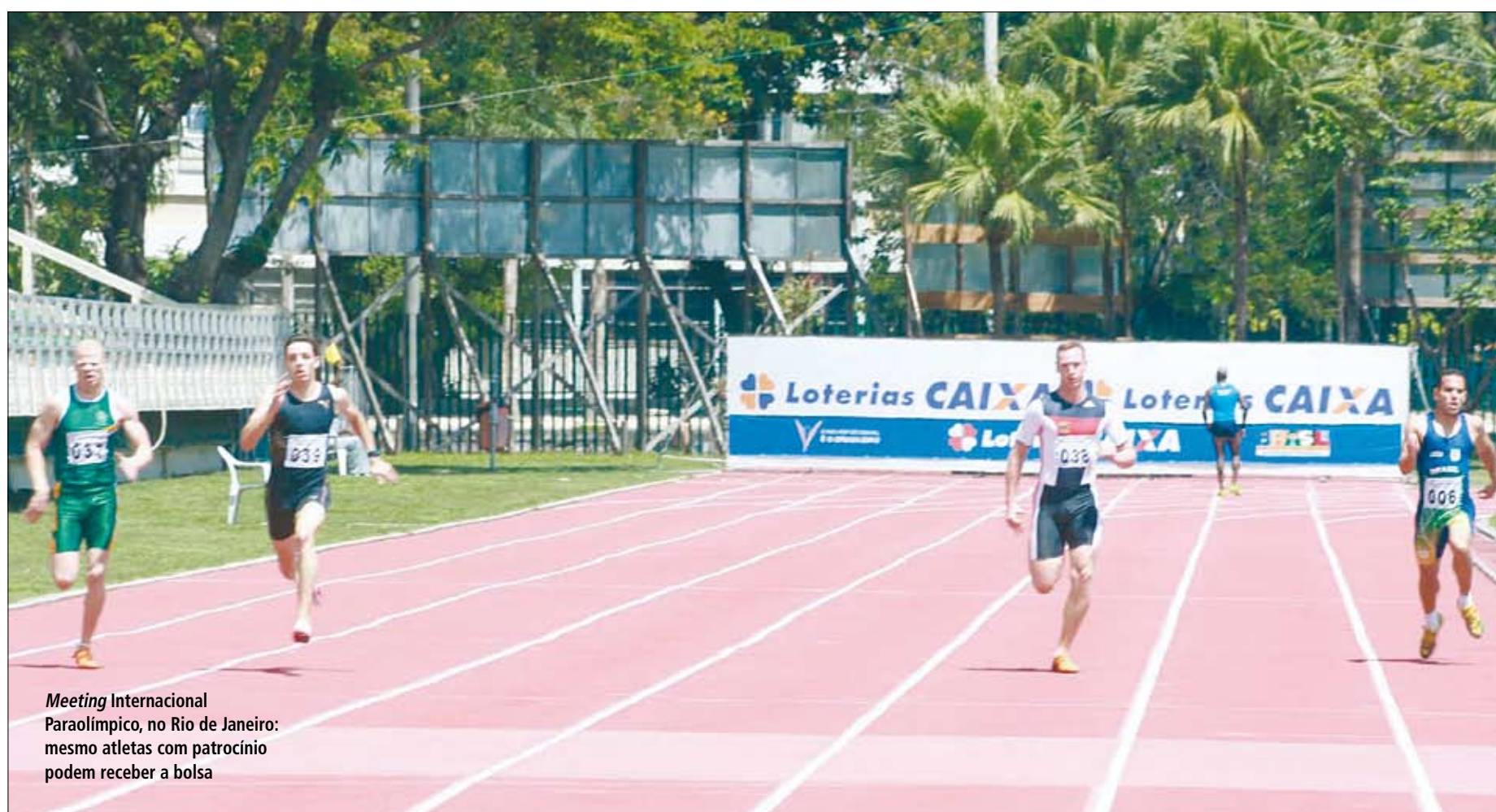
A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão destinada a discursos

14h A sessão é não deliberativa, sem a votação de projetos. É destinada a pronunciamentos de senadores. Estão inscritos para os debates Paulo Paim (PT-RS), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Já tranca a pauta do Senado a medida provisória que cria novas normas e programas para os esportes olímpicos e o futebol. As mudanças na Lei Pelé têm o objetivo de aumentar o apoio governamental aos atletas, com a proximidade da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016



Meeting Internacional Paraolímpico, no Rio de Janeiro: mesmo atletas com patrocínio podem receber a bolsa

No futebol, indenização para os clubes

Conforme a MP, os contratos de jogadores de futebol precisam prever indenizações para o atleta e o clube, cujos valores são pactuados, mas com limites. Caso o jogador seja transferido para outro clube durante a vigência do contrato, a indenização é de até 2 mil vezes o valor médio do salário, no caso de transferências dentro do país.

Para transferências internacionais, não há limite.

O clube deve pagar ao jogador uma compensação, caso o contrato seja rescindido por falta de salário, dispensa imotivada ou outras hipóteses previstas na legislação trabalhista. Tal compensação deve ser, no mínimo, o total que o atleta teria direito até o término do contrato, e, no máximo, 400 vezes o salário mensal.

Pela MP, os comitês olímpico e paraolímpico e as entidades nacionais de desporto devem celebrar contratos de desempenho para que possam receber recursos federais. Os deputados incluíram no PLV 1/11 a obrigatoriedade de o Ministério do Esporte divulgar, na internet, cópias desses contratos.

Plenário vota amanhã MP que amplia incentivos aos atletas

OS SENADORES DEVEM votar, na sessão deliberativa de amanhã, a Medida Provisória (MP) 502/10, que altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98) criando novas normas e programas para o esporte e modalidades de concessão da bolsa-atleta. A matéria tranca a pauta do Plenário e tem prazo final para ser votada até o dia 28 deste mês, perdendo a validade após essa data. Como foi modificada pela Câmara, a medida tramita na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/11.

A MP original criou novas categorias para a concessão da bolsa atleta: os programas Atleta Pódio, Cidade Esportiva e uma rede nacional de treinamento esportivo visando às Olimpíadas e Paraolimpíadas. Os deputados incorporaram à MP emendas que também alteram a Lei Pelé, com objetivo de estabelecer novas regras de relacionamento profissional entre clubes e atletas e também garantir o chamado direito de arena dos clubes espor-

tivos – prerrogativa de negociar com as redes de TV a transmissão dos jogos.

A bolsa se divide em cinco categorias, desde o atleta de base até a categoria pódio. A menor delas, a bolsa-atleta de base, é de R\$ 370 mensais, destinados aos esportistas de 14 a 19 anos que tenham obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais. Já a bolsa-atleta pódio é de R\$ 15 mil mensais, destinada a atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais que estejam entre os 20 melhores do mundo.

Exigências

Os atletas podem receber o benefício por quatro anos, no período entre dois Jogos Olímpicos, e sua permanência no programa é reavaliada a cada ano. Todas as bolsas-atleta são concedidas por um ano. Os que já são beneficiados pelo programa e tenham obtido medalhas olímpicas passam a ter prioridade

na renovação, assim como os atletas da categoria pódio.

Com as novas regras, os atletas podem solicitar a bolsa mesmo tendo patrocínio, mas devem apresentar declaração dos valores recebidos. É exigido ainda que estejam vinculados a alguma entidade esportiva, tenham participado de competição no ano anterior e apresentem plano anual com metas e objetivos.

A MP criou também a Rede Nacional de Treinamento e o programa Cidade Esportiva. A rede tem objetivo de fomentar o desenvolvimento local e regional de jovens atletas, em coordenação com os comitês olímpicos, e envolverá os centros de preparação dos atletas de alto rendimento. Já o Cidade Esportiva é destinado aos municípios que incentivam o alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, com possibilidade de extensão para os estados e o Distrito Federal.

Mudanças aprovadas na Câmara

O relator do PLV 1/11 incorporou à medida provisória original oito emendas apresentadas por senadores na comissão que examinou o projeto do Executivo que alterou a Lei Pelé (PL 5.186/05). Entre elas, está a que garante o chamado direito de arena dos clubes esportivos. Outra emenda insere a expressão “imagens” na redação do artigo 42 da Lei Pelé, para tornar expresso que o direito de arena refere-se à exploração televisiva e não à cobertura por rádio.

O texto final do então deputado João Rocha aprovado pela Câmara incorporou ainda outras emendas, entre as quais a que amplia a lista de possibilidades de aplicação dos recursos destinados às secretarias estaduais de Esporte. Outra emenda estabelece que a destinação a jogos escolares deixe de ser exclusiva e passe a ser prioritária, admitindo-se também a aplicação no desporto educacional em geral, na construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas e no apoio do desporto para portadores de deficiência.

Bolsa-atleta

Abaixo, quadro com as cinco modalidades da bolsa-atleta de base e uma modalidade da categoria pódio, com respectivos valores a ser recebidos:

ATLETAS BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
De 14 a 19 anos com até a terceira colocação em modalidades individuais ou eleitos entre os dez melhores do ano anterior em modalidade coletiva.	R\$ 370
De 14 a 20 anos com participação em eventos nacionais estudantis reconhecidos pelo Ministério do Esporte, obtendo até a terceira colocação em modalidades individuais ou eleitos entre os seis melhores em modalidades coletivas.	R\$ 370
Participantes de evento máximo de temporada nacional ou integrantes do ranking nacional até a terceira colocação.	R\$ 925
Integrantes da seleção brasileira em sua modalidade esportiva nos campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, obtendo até a terceira colocação.	R\$ 1.850
Integrantes de delegações olímpicas ou paraolímpicas brasileiras que permaneçam treinando e participando de competições internacionais e cumpram critérios definidos pelo Ministério do Esporte.	R\$ 3.100
Atletas que estejam entre os 20 melhores do mundo em modalidades olímpicas e paraolímpicas (categoria atleta pódio).	R\$ 15 mil

Proposta amplia carência, idade mínima e exigências para pensão

A ampliação dos prazos de carência, da idade mínima e das exigências para o recebimento de pensões por morte são algumas das sugestões da consultora legislativa Meiriane Nunes Amaro para uma reforma da Previdência. Ela propõe também o fim da vinculação ao salário mínimo do piso da Previdência Social e do benefício de prestação continuada (BPC), concedido a idosos e a pessoas com deficiência (veja no quadro abaixo a síntese de suas ideias).

Meiriane Amaro ressalta que as mudanças não afetariam os aposentados e pensionistas. Em contraposição, seriam integralmente aplicadas aos novos trabalhadores. Com relação aos trabalhadores em ativi-

dade, ela sugere o estabelecimento de regras de transição com extensa carência e lenta progressividade.

A carência para aplicação das regras de transição poderia ser de quatro, cinco ou mais anos e a implantação progressiva dos novos parâmetros se daria durante uma ou mais décadas.

Para a consultora, as únicas alterações que deveriam ter aplicação imediata para todos seriam as relativas à vinculação dos benefícios ao mínimo e às novas regras para concessão de pensão, além da instituição imediata do regime de previdência complementar do servidor.

O texto do trabalho de Meiriane Amaro está disponível em <http://migre.me/3Rnvwg>.

Principais mudanças sugeridas

DISPOSITIVO	COMO É HOJE	PROPOSTA PARA NOVOS ENTRANTES NO SISTEMA
Aposentadoria por idade	Carência • 15 anos Idade • homem: 65 anos • mulher: 60 anos	Carência • 25 anos Idade • 65 anos (homem e mulher)
Aposentadoria por tempo de contribuição	Idade • sem idade mínima Contribuição • homem: 35 anos • mulher: 30 anos	Idade • 60 anos (homem e mulher) Contribuição • 35 anos (homem e mulher)
Pensões por morte	Não há restrições	Imposição de condicionais que reflitam o grau de dependência do cônjuge ou parceiro sobrevivente e filhos
Benefício de prestação continuada – assistência social	Valor vinculado ao salário mínimo Idade • 65 anos	Fim da vinculação ao mínimo. Atualização pela inflação passada Idade • 70 anos
Piso da Previdência Social	Valor vinculado ao salário mínimo	Fim da vinculação ao mínimo. Atualização pela inflação passada
Diferença por sexo, setor e categoria profissional	Diferencial de menos 5 anos na idade e tempo de contribuição para: • mulher; • professor em sala de aula; • trabalhador rural	Fim do diferencial
Previdência do servidor público	Não regulamentada	Regulamentação

Idades mínimas para aposentadoria

Um trabalhador filiado ao Regime Geral de Previdência Social (a previdência dos empregados na iniciativa privada) pode aposentar-se no Brasil aos 54 anos (homem) ou aos 52 (mulher), dependendo evidentemente do tempo de contribuição. Uma tabela elaborada pela consultora Meiriane Nunes Amaro mostra que os números em muitos países são bem diferentes.

PAÍS	HOMENS	MULHERES
Alemanha	65	65
Chile	65	60
Coreia do Sul	65	65
Dinamarca	67	67
Espanha	65	65
Estados Unidos*	67	67
Itália	65	60
Noruega	67	67
Reino Unido**	65	65
Suíça	65	65

(*) Regra prevista para 2027

(**) Regra válida para homens. Para mulheres, limite valerá para 2020

Fonte: Terceira reforma da previdência: até quando esperar, de Meiriane Nunes Amaro

Estudo da consultora do Senado Meiriane Amaro reacende debate sobre a necessidade ou não de uma nova mudança nas regras para concessão de aposentadoria pelo INSS. A tese de que o envelhecimento da população deixa as contas no vermelho é rebatida pela interpretação de que o déficit da Previdência é um mito

Necessidade de nova reforma do sistema previdenciário volta a dividir opiniões

UM ESTUDO ELABORADO pela Consultoria Legislativa do Senado reacende um dos mais espinhosos debates do país. Afinal, uma nova reforma da Previdência é necessária ou não?

Segundo o documento, nos últimos 21 anos a despesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) triplicou seu peso relativo na economia, passando a comprometer 7,2% do produto interno bruto (PIB). Com isso, metade da receita líquida da União destina-se hoje à Previdência (servidores inativos e INSS) e ao pagamento de benefícios assistenciais de prestação continuada.

Para a autora do estudo, a consultora legislativa Meiriane Nunes Amaro, os números servem de alerta para a necessidade de uma reforma no setor. Especialista em previdência, tendo atuado como assessora direta dos relatores das reformas de 1998 (governo Fernando Henrique) e 2003 (governo Lula), Meiriane reconhece que o tema é polêmico, com multidões de adversários e pífia quantidade de defensores.

Por seu potencial de restringir direitos e vantagens, a reforma da Previdência é pouco citada entre as necessárias para o país, mas, na avaliação da consultora, talvez se revele a mais urgente. Segundo ela, o Brasil, embora jovem, tem despesa previdenciária semelhante à de países com população envelhecida, como o Reino Unido. Com uma diferença: esses países enriqueceram antes de envelhecer.

As previsões sobre crescimento populacional acendem a luz vermelha no sistema. De acordo com Meiriane, a proporção de idosos (com mais de 60 anos) na população total do Brasil triplicará nos próximos 40 anos, passando de 6,8% para 22,7%.

— O impacto desse envelhecimento é enorme — avalia.

Como a Previdência brasileira se pauta pelo regime de repartição, a população em idade ativa sustenta a inativa. Isso significa que o número de pessoas ativas que sustentam cada aposentado ou pensionista deve cair dos atuais 6,45 para 1,9 em 2050, calcula a consultora.

— Em outras palavras, haverá cada vez menos pessoas trabalhando e sustentando o crescente número de idosos no Brasil — resume.

A consultora adverte que, se nada for feito agora, as despesas previdenciárias explodirão, “comprometendo o futuro das próximas gerações de brasileiros”. O Brasil não envelhece sozinho, e várias nações já se encontram em situação crítica, mas estão reformulando seus sistemas.

— É melhor aumentar agora os anos de contribuição em relação aos de aposentadoria, bem como reduzir um pouco a taxa de reposição do benefício em relação ao salário, do que ser forçado daqui a alguns anos a elevar muito as contribuições sociais e diminuir drasticamente o valor dos benefícios previdenciários.

As experiências desses países, acrescenta, constituem importantes

ensinamentos. Em primeiro lugar, as aposentadorias nos países avançados se dão em idades bem maiores do que as de aposentadoria por tempo de contribuição dos trabalhadores brasileiros da iniciativa privada (em média, 54 anos para homem e 52 para mulher). Esses países também reduzem benefícios concedidos antes da idade mínima, mesmo que preenchido o requisito de tempo de contribuição.

— Aqui, mesmo considerando a aplicação do fator previdenciário [que é um redutor do valor da aposentadoria em relação ao salário da ativa], um homem na mesma situação não terá qualquer perda monetária. Ou seja, sua aposentadoria equivalerá a 100% do salário.

Idade

Outra distorção apontada por Meiriane é quanto à aposentadoria por idade (aos 65 anos), para a qual se exigem apenas 15 anos de contribuição. Ela dá um exemplo: um homem que espere 50 anos para começar a contribuir para a Previdência Social poderá se aposentar aos 65 anos e receber o benefício por mais 16,3 anos, em média (considerando-se a expectativa de vida do brasileiro). No caso da mulher, seriam 15 anos de contribuição versus 19,1 anos de recebimento do benefício.

— É fácil perceber que a conta não fecha e será cada vez mais inconsistente, em vista dos prognósticos populacionais — acrescenta.

No caso da pensão, segundo a consultora, a situação é ainda mais discrepante. Não há nenhuma limitação relacionada ao tempo de casamento ou união, nem à renda do cônjuge sobrevivente, ao período de recebimento ou ao seu acúmulo.

— Como resultado, nosso gasto com pensões é tão significativo que representa o segundo maior na estrutura de despesas do INSS e, em termos de participação no PIB, representa o triplo da média internacional.

Salário mínimo

Mas, diz Meiriane, é na indexação do piso previdenciário ao salário mínimo que está o maior propulsor da elevação das despesas com benefícios. Entre 1995 e 2010, o mínimo teve aumento real de 122%.

Ela explica que, por ser vinculado ao mínimo, o piso da Previdência Social elevou-se na mesma proporção. Situação idêntica aconteceu com os benefícios da assistência social, igualmente atrelados ao mínimo.

Como dois em cada três segurados recebem o piso, Meiriane calcula, para cada R\$ 1 de aumento do mínimo, uma elevação de despesas com aposentadorias e pensões da ordem de R\$ 198 milhões, contra um acréscimo de receitas de apenas R\$ 14 milhões — portanto, déficit de R\$ 184 milhões. Acrescentando-se a esse total os gastos com assistência social, ela conclui que o déficit do INSS cresce R\$ 230 milhões a cada R\$ 1 de elevação do mínimo.



Senadores votam, em 11 de dezembro de 2003, a mudança constitucional com a reforma da Previdência promovida pelo governo Lula

Para Paim, déficit é mito e arrecadação, suficiente

O senador Paulo Paim (PT-RS) assegura que a Previdência Social não tem déficit e que é desnecessária qualquer reforma. A melhor contribuição que o Congresso Nacional pode dar, segundo ele, será a aprovação da sua proposta de emenda à Constituição (PEC 24/03), que impede o desvio de recursos da seguridade social.

Paim observou que, ainda hoje, a desvinculação de receitas da União (DRU) abocanha 20% da receita da Previdência Social, dando ao governo federal liberdade para distribuir os recursos entre os programas que julgar prioritários. A desvinculação foi criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), mudando depois para Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

O senador afirmou que a Previdência brasileira tem uma das maiores arrecadações do mundo,



Previdência recolhe 31% sobre a folha de pagamentos, lembra o senador Paim

porque aqui os trabalhadores e as empresas recolhem contribuições que totalizam 31% da folha de pagamentos. Há também contribuições sociais sobre a folha de

salários, o faturamento (Cofins) e o lucro (CSLL), como observou.

Paim disse que, em países como França, Estados Unidos e Chile, a contribuição das empresas e dos trabalhadores não ultrapassa 12%. Por isso, segundo ele, os sistemas previdenciários desses países precisaram ser reformados.

Outro “mito”, conforme o senador, é a alegação de que a idade mínima para aposentadoria no Brasil é baixa. Com o fator previdenciário, acrescentou, os trabalhadores precisam se aposentar aos 60 anos (mulher) ou 65 anos (homens) a fim de obter ganhos integrais.

A França, exemplificou o senador, foi palco de grandes manifestações populares em outubro do ano passado por aumentar a idade mínima da aposentadoria para 62 anos, a partir de 2018.

Fundo de aposentadoria de novos servidores

O governo federal deve enviar ao Congresso projeto de lei para regulamentar o fundo complementar da aposentadoria dos servidores públicos dos três Poderes, previsto na Emenda Constitucional 41/03. O anúncio foi feito na sexta-feira pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Essa é a única mudança de iniciativa do Poder Executivo na área da Previdência Social, conforme o senador.

Projeto em análise na Câmara dos Deputados (PLS 296/03), de autoria do senador Paulo Paim, pretende acabar com o fator previdenciário. Mas Jucá advertiu: se o fator previdenciário cair, é preciso criar um limite de idade para aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada, a fim de assegurar o equilíbrio das contas da Previdência Social.

Fundo

Os servidores que ingressarem no serviço público após a criação do fundo terão um teto de aposentadoria igual ao do Regime Geral de Previdência Social — hoje fixado em R\$ 3.689,66 — e uma complementação por esse fundo (os que ganharem um salário superior ao limite).

Deve ser definida uma única



Jucá adverte: se fator previdenciário for extinto, será instituído limite de idade

aliquota de contribuição para o fundo, que, segundo simulações, poderá variar entre 6% e 9% da remuneração, média do mercado de fundos de pensão.

A União atuará como patrocinador do fundo complementar, na razão de um para um. Ou seja, entrará com o mesmo

valor descontado do salário de cada servidor participante.

Os estados e municípios sem número suficiente de servidores que garanta sustentabilidade a um fundo próprio (a partir de 2 mil, segundo estudos) poderão aderir, via convênio, ao fundo federal.

Mudança não pode mais ser adiada, diz Armando Monteiro

A reforma da Previdência Social deve estar no centro da agenda política do país, afirmou à Agência Senado o senador Armando Monteiro (PTB-PE). Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro advertiu que, embora seja um país com população jovem, o Brasil tem um custo previdenciário, principalmente no setor público, semelhante ao de nações com populações mais velhas, como as da Europa.

— Se não fizermos nada hoje, seremos imprevidentes — disse o parlamentar.

O que preocupa o senador é a sustentabilidade do sistema: o pagamento de aposentadorias e pensões, segundo ele, tem um peso cada vez maior no Orçamento federal e reduz a capacidade de investimento do Estado em outros setores estratégicos, como infraestrutura produtiva, educação, saúde e segurança pública.

Armando Monteiro reconhece que a reforma da Previdência tem uma interpretação equivocada em uma parte da sociedade, por ser vista como subtração de benefícios e redução de direitos. Mas, como observou, será o próprio trabalhador o maior prejudicado pelo adiamento de mudanças necessárias.

— Se não tirarmos o sistema do risco, quem pagará a conta é o futuro aposentado. A reforma da Previdência tem, portanto, a finalidade de preservar as futuras gerações — disse.

Coragem

O senador disse que é preciso ter coragem para discutir as mudanças e alertou para riscos de uma contrarreforma em projetos que acabam com o fator previdenciário, introduzido pela reforma de 1998.

De acordo com Armando Monteiro, o fator previdenciário foi um passo adiante na sustentabilidade do sistema, por estimular a ampliação do tempo de contribuição do trabalhador e desestimular a aposentadoria precoce.



Mudança imediata poderia gerar impasse político, avalia o senador

Aloysio apoia nova regra apenas para futuros segurados

O déficit na Previdência do setor público federal, que abrange 950 mil pessoas, foi maior no ano passado que o do Regime Geral de Previdência Social (do INSS), que envolve 40 milhões de segurados. Esses números são apontados pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) como sintoma de um grave problema no setor, que, segundo sua avaliação, exige uma nova reforma.

Aloysio Nunes disse à Agência Senado que apoia a proposta do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) no sentido de se fazer agora uma reforma que atinja apenas os novos servidores. Para o senador paulista, uma mudança com aplicação imediata poderia gerar impasse político e impedir o avanço das alterações no Congresso.



“Se não fizermos nada hoje, seremos imprevidentes”, alerta o senador

Senador exalta a presidente por ter dedicado o seu primeiro pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV para falar da volta às aulas, "um fato inédito", como lembrou

Cristovam elogia Dilma por vincular educação a progresso

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) saudou a presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira, pela iniciativa de dedicar seu primeiro pronunciamento em cadeia nacional para falar da volta às aulas. Ele destacou o ineditismo do fato e pediu que o discurso fosse registrado nos anais da Casa.

– Já houve até ministros que foram em cadeia nacional de televisão e falaram de um programa ou outro, mas presidente chegar lá e falar para todo o Brasil e falar naquele horário nobre sobre educação eu nunca tinha escutado – destacou.

Para Cristovam, a presidente acertadamente vinculou a educação a progresso e justiça social. Segundo ele, Dilma poderia ter privilegiado na sua mensagem, por exemplo, o programa Minha Casa Minha Vida, que pode ser uma condição de bem-estar, mas não vetor de progresso, como a educação.

O senador elogiou o texto e a forma como o assunto foi abordado. Por fim, mostrou sua



Para Cristovam, *slogan* do governo Dilma vai causar "revolução mental" no país

satisfação com a marca visual agora adotada pelo governo, em que aparece o nome Brasil e abaixo a frase "Um país rico é um país sem pobreza".

– Essa frase vai provocar uma revolução mental neste país, não é apenas um *slogan*, nem tem a falsidade, vamos falar com franqueza, que "Brasil, um país de todos" tinha – disse o senador, numa referência à marca do go-

verno do então presidente Lula.

Na avaliação do senador, o Brasil não será o "país de todos" enquanto houver pessoas excluídas e 14 milhões de analfabetos.

– [O novo *slogan*] Vai trazer para as nossas crianças uma maneira diferente de ver o problema da riqueza e da pobreza, porque coloca dentro do próprio conceito de riqueza o fato de não ter pobreza ao redor.

Aníbal: luta pelo desenvolvimento sustentável

Aníbal Diniz (PT-AC) manifestou na sexta-feira seu compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento sustentável do país. Conforme afirmou, a conquista de seu mandato no Senado foi resultado de um esforço conjunto em favor de um projeto de inclusão e sustentabilidade.

– Este mandato não é e nem pode ser transformado em propriedade particular. Tem que ser considerado sempre como fruto do sacrifício de tantas pessoas, algumas delas conhecidas, mas, a grande maioria, pessoas anônimas, que contribuíram com seus esforços para que o PT e a Frente Popular do Acre encontrassem o caminho da vitória – assinalou.

Aníbal Diniz ressaltou que seu trabalho parlamentar é resultado de sua trajetória pessoal e política, inicialmente no interior do Paraná, como filho de agricultores, e depois no Acre, para onde se mudou aos 15 anos, acompanhando



Aníbal destaca papel desempenhado por Chico Mendes em favor do Acre

sua família, que buscava terra para trabalhar.

– A experiência de viver no Acre foi o maior presente que meu pai me proporcionou, porque o Acre é uma terra especialmente abençoada, vocacionada a protagonizar quando o momento histórico exige. O Acre foi e continua sendo uma grande escola. Aliás,

o Acre ensina com a sua própria história – disse o senador.

De sua vida no estado, Aníbal Diniz destacou os estudos como seminarista e a luta pela fundação e pela legalização do PT. Ao lembrar as pessoas que o ajudaram a construir "uma consciência crítica e o sentido de luta pelo bem comum", ressaltou a importância de Chico Mendes.

– Se hoje o Acre dispõe de mais de 87% de suas florestas conservadas, se hoje o Acre dispõe de mais de 30% do seu território destinado às áreas indígenas, reservas extrativistas, áreas de conservação e área de preservação, isso tudo devemos às conquistas e ao sacrifício de vida do internacionalmente conhecido ambientalista Chico Mendes.

Aníbal Diniz também saudou os 31 anos de existência do PT, comemorados na quinta-feira, e ainda a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para presidente de honra do partido.

Ana Amélia: acordo do Mercosul com o Egito deve ser rejeitado

A senadora Ana Amélia (PP-RS) pretende articular com a bancada gaúcha um esforço político para impedir que o Senado aprove acordo firmado entre o Mercosul e o Egito com reflexos sobre a indústria de autopeças brasileira.

Uma das consequências da ratificação seria a destruição da indústria automobilística de Caxias do Sul (RS), disse. Isso porque as tarifas de importação de peças de ônibus ou mesmo de um veículo quase inteiro seriam rebaixadas a quase zero, abrindo caminho para uma concorrência "desleal e predatória".

– Já informei à assessoria parlamentar do Itamaraty, do nosso Ministério das Relações Exteriores, responsável pela política externa brasileira, que se este acordo vier [para o Senado], não será aprovado. Vamos nos encarregar, nós senadores do Sul do país, vamos nos encarregar de inviabilizá-lo.

Designada por seu partido para integrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ana Amélia



Senadora reafirma compromissos de campanha no exercício do mandato

disse que atuará contra o acordo.

A senadora agradeceu a seus eleitores a conquista do mandato e listou os compromissos que irá defender, assumidos ainda na campanha: estar ao lado de Paulo Paim (PT-RS) na defesa dos aposentados e pensionistas; cobrar uma auditoria nas contas da Previdência; e defender um novo pacto federativo e os interesses dos pequenos e médios produtores rurais e das pequenas e médias empresas.

Raupp denuncia precariedade da fiscalização das fronteiras

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) denunciou, na sexta-feira, a precariedade da fiscalização das fronteiras pela Receita Federal do Brasil. De acordo com o parlamentar, "começam a se acumular indícios de que a negligência da fiscalização das fronteiras terrestres chega a níveis absurdamente perigosos".

Valdir Raupp lembrou que graves questões de segurança pública nos grandes centros urbanos, como o tráfico de drogas e uso de armas pesadas, "são consequência direta da permeabilidade das fronteiras". Para o senador, "providências de fundamental importância para a segurança nacional não estão sendo tomadas no ritmo e na forma desejáveis".

O senador apresentou dados do estudo *Fronteiras Abertas*, elaborado por Rafael Godoy e Sérgio de Castro, com o apoio do Sindicato Nacional da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), "um retrato atual e revelador" da situação das 31 inspetorias



Raupp cita estudo apontando falta de pessoal e de instalações físicas

da Receita, na qual trabalham 600 servidores, que têm como incumbência controlar 16 mil quilômetros de fronteira.

Como exemplo, ele lembrou que, enquanto os 5 mil quilômetros de fronteira entre Chile e Argentina têm 51 postos de fiscalização, a extensão quase igual de fronteiras secas entre os estados da região Norte e outros países traz apenas oito inspetorias. Valdir Raupp informou que nelas trabalham 30 servidores, um terço do número considerado ideal.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretor-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Silvia Gomide

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Aloysio critica ajuste anunciado pelo governo

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou na sexta-feira as medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo, com um corte de R\$ 50 bilhões. Ele disse que Dilma Rousseff, em sua campanha eleitoral, havia descartado a necessidade de ajuste.

Segundo o senador, o anúncio dos cortes demonstra que Dilma não está cumprindo o compromisso com os eleitores. Aloysio Nunes disse que, em pronunciamentos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em São Paulo, e na Legião Brasileira da Boa Vontade (LBV), em Brasília, a então candidata negou que houvesse motivos para preocupação quanto às contas do governo, uma vez que o país vinha crescendo e a inflação estava sob controle.

– E não foi isso que aconteceu. O anúncio do corte de R\$ 50 bilhões é uma ruptura. A menos que se imagine que aqueles que elaboraram o Orçamento, e me refiro ao ministro Mantega em particular, fossem tão incompetentes que não tivessem previsto o rumo que as contas estavam tomando e que imporiam um ajuste fiscal logo no início do governo – disse o senador.

Com relação ao cancelamento de concursos, ele questionou a forma como foram elaborados os editais e destacou os prejuízos que podem ter os



Medida descumpra contrato com os eleitores, afirma Aloysio Nunes

brasileiros que investem na preparação para essas seleções.

– Será que o governo não fez, antes de lançar os editais de concurso, um levantamento preciso da necessidade de funcionários em determinados setores ou da sua abundância em outros, antes de engajar milhares de pessoas na preparação de concursos, na inscrição em cursos preparatórios para concursos públicos?

Para Aloysio Nunes, “se o governo não enfrentar seriamente os desafios de tapar os ralos por onde escorre o dinheiro público; se o governo não se propuser, com o auxílio desta Casa, a uma revisão rigorosa dos incentivos fiscais que somente favorecem grupos econômicos e que não têm nenhum benefício social; se o governo não puser fim ao cassino financeiro, ao custo elevadíssimo que paga para manter divisas vultosas, enquanto as contas comerciais se deterioram; enquanto não se enfrentar seriamente esses problemas, o resto é perfume”.

Gleisi diz que ajuste fiscal demonstra responsabilidade

Em resposta ao senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) contestou em Plenário que o ajuste fiscal anunciado pela presidente Dilma Rousseff seja um “estelionato eleitoral”. As medidas de reequilíbrio fiscal, ao contrário do que pensa a oposição, disse a parlamentar, demonstram responsabilidade da presidente com o desenvolvimento do país.

Os brasileiros votaram em Dilma pelos resultados da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou. Entre as ações do governo anterior, ela destacou a melhoria do salário mínimo, “digno do trabalhador”; os índices de emprego; a distribuição de renda; e a inclusão social que, disse a senadora, retirou da

pobreza mais de 30 milhões de pessoas.

– Não dá para aceitar que alguém do PSDB venha aqui questionar os rumos do desenvolvimento econômico e dizer que nós fizemos estelionato eleitoral – protestou.

No governo Lula, argumentou, houve expansão da economia brasileira, com investimentos estatais de grande volume, apesar da crise econômica internacional. Na sua avaliação, o Brasil não foi afetado fortemente pela crise em razão de o governo ter tomado medidas “expansionistas”, como redução de juros e aumento de crédito, além de ter continuado a investir em infraestrutura.

Já o momento atual, acrescentou, é de “contra-ciclo”: como as medidas adotadas para o crescimento do país levaram ao superaquecimento da economia e a um aumento da inflação, é necessário agora reequilibrar a economia.

– Um governo responsável com o crescimento e o desenvolvimento do país não podia ficar olhando, tinha de ter medidas firmes. E a presidente Dilma, com a sua equipe econômica, apresentou ao país um conjunto de medidas firmes, de medidas direcionadas, de medidas que, eu tenho certeza, vão fazer efeito.



Gleisi Hoffmann: ajuste fiscal de Dilma não é estelionato eleitoral

Líder do governo assegura que estão enganados os que pensam que os cortes no Orçamento anunciados na semana passada indicam que o país vai mal

Jucá elogia coragem de Dilma ao fazer ajuste fiscal

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), elogiou, na sexta-feira, “a responsabilidade, a determinação e a coragem” da presidente Dilma Rousseff ao anunciar o ajuste fiscal, com o contingenciamento “que precisa ser feito” no Orçamento da União.

Jucá observou que se enganam os que pensam que o governo, ao anunciar os cortes, reconhece que o país vai mal.

– Não é porque o governo fez isso que o país vai mal. Não. Vai bem e vai melhor porque tem responsabilidade fiscal e sabe que só pode gastar o que arrecada – assinalou o líder do governo.

Jucá lembrou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também teve que cortar gastos e disse que o bloco do governo vai entender, “pois são ações corajosas necessárias para que o Brasil continue no trilho do desenvolvimento e da responsabilidade fiscal”.

– Tenho certeza de que o governo vai honrar seus compromissos com todos. Mas temos que ter equilíbrio e responsabilidade fiscal para que o governo

O ex-presidente Lula também teve que cortar gastos, lembra Jucá



José Cruz/Senado Federal

funcione bem para atender a todos os brasileiros, mas principalmente a todos os que precisam mais – reiterou Jucá.

Repercussão

Em apartes, vários senadores elogiaram a decisão do governo. Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou estar assistindo com muita emoção o início do governo de Dilma. Wellington Dias (PT-PI) observou que se trata de um governo de continuidade do anterior e Lindbergh Farias (PT-RJ) ratificou a necessidade de se fazer apertos no início da gestão.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou o aumento de salários dos parlamentares no momento em que o Congresso

precisa dar o exemplo com o corte de verbas.

O senador Romero Jucá também fez um apelo para que a Câmara aprove logo seu projeto (PLS 1.610/96) que regulamenta a mineração em terras indígenas. Ele informou que a proposta, aprovada por unanimidade no Plenário do Senado, deverá retornar a Casa por estar recebendo alterações apresentadas pelos deputados.

Na opinião do líder do governo, o Executivo precisa sistematizar todas as suas ações voltadas para a Amazônia, e construir, a partir daí, um grande plano de desenvolvimento para a região, que representa, como ressaltou, 60% do território nacional.



Paim: valor dado agora seria descontado em 2012

Para senador, Dilma segue a mesma direção de seu antecessor



José Cruz/Senado Federal

Paim sugere antecipação de 3% para salário mínimo

Sem rejeitar a política de valorização do salário mínimo aplicada nos últimos anos, o senador Paulo Paim (PT-RS) propôs na sexta-feira um acordo entre as centrais sindicais e o governo que incluía uma antecipação agora do reajuste do próximo ano. Segundo ele, seria um percentual inferior a 3%, o necessário para que o valor chegasse a R\$ 560, permitindo um amplo acordo para aprovação da proposta no Congresso.

– Tenho certeza de que a base do governo votará em massa, como a própria oposição votará em massa, porque ela sabe que o momento é de cautela e de certo cuidado – disse Paim.

Com a antecipação, o salário ficaria R\$ 15 acima do valor proposto pelo governo, de R\$ 545. A oposição vem sugerindo R\$ 600 e diz que o governo tem condições de arcar com o impacto desse valor sobre as contas da Previdência. No entanto, em reunião de líderes na Câmara dos Deputados, na quinta-feira, o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) afirmou que seu partido não será intransigente na negociação.

Paim frisou que conversou com as centrais sindicais e o entendimento foi pela proposta de antecipação – em princípio, isso implicaria desconto da parcela no reajuste do próximo ano, quando a correção pode chegar ao redor de 10%, expressando o aumento do PIB de 2010 mais a inflação projetada para esse ano.

O senador ressaltou que dirigentes das centrais e também de aposentados e pensionistas vão estar em Brasília amanhã para tentar um acordo que envolva a manutenção nos próximos anos da mesma política de valorização do mínimo.

Lindbergh: rumo do governo é o da “inclusão social”

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu as medidas de contingenciamento do Orçamento anunciadas na semana passada pela presidente Dilma Rousseff e criticou os que apostam que o novo governo é diferente do de seu antecessor. Para ele, o rumo de Dilma é o mesmo do ex-presidente Lula: “O rumo do desenvolvimento com inclusão social”.

– Dilma tem uma estratégia clara para o país. Em seu primeiro discurso, ela falava sobre uma nação economicamente desenvolvida e economicamente justa. Esse é o rumo, com noções mais fortes de planejamento de uma grande gestora – observou o senador.

Na opinião de Lindbergh, o contingenciamento anunciado por Dilma é natural e sequer se trata de um ajuste fiscal, mas de um planejamento, necessário em todo início de um novo mandato de presidente.

Lindbergh afirmou que o Brasil está bem, mas a crise existe e é originária de um cenário internacional, com o problema do câmbio e da desvalorização das moedas americana e chinesa, que, como ponderou, afeta todos os países.

– A diferença entre Dilma e Lula é que Dilma entra com uma conjuntura econômica internacional diferente, mas ela entra fazendo o que tem que ser feito – assinalou.

Sobre o novo salário mínimo, Lindbergh anunciou que vai votar com o governo, seja qual for a proposta apresentada, mas defendeu um acordo com as centrais sindicais em torno de um valor que poderá chegar, segundo disse, a R\$ 560, em contrapartida aos R\$ 545 oferecidos pelo governo.

Ricardo Ferraço: urgência para propostas que agilizam Justiça

A urgência na tramitação de propostas de emenda à Constituição e projetos de lei destinados à ampliação das competências dos juízos de segunda instância e à simplificação dos procedimentos judiciais foi defendida na sexta-feira por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ao manifestar apoio ao 3º pacto republicano. Segundo o senador, a prioridade para exame dessas matérias seria uma importante medida no sentido de tornar "o Judiciário mais produtivo, célere e democrático".

Proposto pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, na abertura do ano judiciário e por ele ratificado em discurso no Congresso, no início da nova legislatura, o 3º pacto republicano teria como objetivos continuar o processo de aprimoramento da ordem jurídica e consolidar a modernização da máquina judiciária.

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, já apoiaram a iniciativa. O segundo passo, agora, é adotar medidas concretas para tornar o Judiciário mais produtivo, célere e democrático – disse o senador.

Entre os temas a serem incluídos no novo pacto, Ricardo Ferraço destacou a modificação da natureza dos recursos extraordinários, também mencionada por



Ricardo Ferraço manifesta apoio à adoção do 3º pacto republicano

Peluso. Essa proposta, explicou Ferraço, deve conferir vigência imediata a decisões judiciais nas esferas federal e estadual, independentemente do julgamento de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Após encontro com o presidente do STF, na terça-feira, José Sarney afirmou que os dois primeiros pactos, realizados em 2008 e 2009, contribuíram para acelerar o andamento dos processos e ampliar o acesso da população à Justiça. Ao reiterar seu apoio a essa terceira edição, Sarney defendeu o fim das controvérsias entre o Legislativo e o Judiciário.

Mozarildo elogia trabalho da AGU, que completou 18 anos

Os 18 anos de instalação da Advocacia-Geral da União (AGU) foram comemorados na sexta-feira pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O parlamentar anunciou que estava homenageando a "aniversariante" com a apresentação de um projeto de lei instituindo o Dia Nacional da Advocacia Pública, a ser comemorado no dia 7 de março.

Segundo Mozarildo, a AGU, instalada em 10 de fevereiro de 1993, aparece hoje como a principal instituição capaz

de promover a estabilidade jurídica necessária ao desenvolvimento da nação.

Seja porque atua previamente na execução das políticas públicas, pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos órgãos estatais, o que garante solidez aos investimentos da iniciativa privada, seja porque também defende e promove a validade das decisões político-governamentais no âmbito judicial ou extrajudicial – afirmou o senador.

Maçons realizam, em Brasília, a 86ª assembleia-geral

Em outro discurso, Mozarildo Cavalcanti comunicou, na sexta-feira, a realização, em Brasília, da 86ª Assembleia-Geral Ordinária dos Grão-Mestres Estaduais da Confederação Maçônica do Brasil (Comab).

Além de tratar das questões de cada grão-mestrado estadual, a assembleia também está discutindo temas de interesse nacional, como o da situação das fronteiras brasileiras. Outro assunto em debate é a demarcação e a implantação de reservas indígenas.

O senador disse também que participou dos painéis que discutiram esses assuntos durante a assembleia. Mozarildo informou ainda

que a assembleia está sendo presidida pelo grão-mestre de Santa Catarina, Rubens Franz.

Os maçons que estão lá reunidos não estão discutindo só maçonaria, mas também outros temas de interesse da nação – afirmou o parlamentar.



Mozarildo: temas nacionais

Proposta de reforma política será debatida por dois ex-presidentes e nove ex-governadores, em colegiado presidido por Dornelles, que foi ministro três vezes

Integrantes de comissão marcaram história do país

UMA COMISSÃO ENCARREGADA de elaborar um anteprojeto de lei de reforma política foi instituída na última quinta-feira e conta com senadores com intensa participação na vida política do país nas últimas décadas.

Dos 12 integrantes da comissão, dois foram presidentes da República: Fernando Collor (PTB-AL) e Itamar Franco (PPS-MG). Nove são ex-governadores, aí mais uma vez incluídos Collor, que chegou ao governo de Alagoas em 1987, e Itamar, que se elegeu governador de Minas Gerais em 1998.

Roberto Requião (PMDB) governou o Paraná por três vezes. Aécio Neves (PSDB) ficou à frente da administração de Minas Gerais por dois mandatos consecutivos e já exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

Também fazem parte da comissão Jorge Viana (PT), ex-governador do Acre; Antônio Carlos Valadares (PSB), que já esteve à frente do governo de Sergipe; Luiz Henrique (PMDB), que governou Santa Catarina por dois períodos consecutivos; Wellington Dias (PT), ex-governador do Piauí, também por dois períodos seguidos; e



Em 1986, Collor foi eleito governador, e em 1989 conquistou a Presidência



Itamar tornou-se presidente em 1992 e, em 1998, elegeu-se governador

Eduardo Braga (PMDB), que governou o Amazonas de 2003 a 2010, período de dois mandatos.

Ex-ministro

A presidência da Comissão da Reforma Política será, no entanto, de um senador três vezes ministro. Francisco Dornelles (PP-RJ) foi titular da pasta da Fazenda no governo José Sarney; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso; e do Trabalho, no segundo mandato.

A partir de 1986, elegeu-se

deputado federal quatro vezes seguidas. Dornelles também comandou a Secretaria da Receita Federal.

Os dois outros integrantes da comissão com trajetória político-eleitoral mais recente compartilham trajetória profissional anterior no Ministério Público. São Demóstenes Torres (DEM-GO), que nos últimos dois anos presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e Pedro Taqueles (PDT-MT), que renunciou à carreira de procurador da República para assumir seu primeiro mandato de senador.



O ex-governador do Piauí Wellington Dias também sugere que senadores recorram à tentativa de reforma de 1995

Wellington quer reforma política de longo prazo

"Devemos fazer a reforma política pensando não nas eleições de 2012 ou 2014, mas pensando em todas as gerações", afirmou o senador Wellington Dias (PT-PI) na sexta-feira. Ao lado de Jorge Viana (PT-AC), Wellington representará o PT na Comissão da Reforma Política.

O ex-governador do Piauí recomenda que os senadores recorram também às sugestões do relatório da comissão de reforma política instalada em 1995, elaborado pelo então senador Sérgio Machado.

Esse relatório [da comissão de 1995] servirá de subsídio para o nosso trabalho, pois certamente revela o árduo trabalho feito na época.

Para Wellington, a reforma política "não pode ser algo feito exclusivamente pelo Parlamento, pensando nos políticos", devendo estar em sintonia com o debate que ocorre na sociedade.

Acredito que temos ambiente muito favorável para uma verdadeira reforma: um país funcionando democraticamente e o apoio manifestado pela presidente Dilma Rousseff, pelos líderes partidários, pelos partidos e pelos presidentes da Câmara e do Senado. Temos todos dizendo que querem a reforma, esse é um momento que não podemos perder.

Vicentinho defende eleição com financiamento público

Vicentinho Alves (PR-TO) argumentou que o financiamento público das campanhas é a melhor forma de democratizar o processo eleitoral, garantindo "que novos nomes como jovens e líderes populares de baixa renda surjam no cenário político". No mandato, o senador afirmou que lutará pela ampliação de bolsas universitárias para alunos de baixa renda e por recursos para escolas públicas funcionarem em tempo integral.

Ele disse ainda que o país precisa investir na melhoria do transporte fluvial e concluir obras como a Ferrovia Norte-Sul. Ex-aviador comercial, Vicentinho Alves registrou ainda que estará sempre à disposição dos interesses dos aviadores e aeroviários do país. Ele garantiu também que será um aliado permanente dos índios.

Vicentinho Alves também reafirmou seu apoio ao governo Dilma Rousseff e salientou ser um político "ficha limpa".

Venho como um político ficha limpa, sem nenhum processo em minha vida pública, nem na minha cidade, nem na capital, nem no Supremo Tribunal Federal. Nenhum mérito, um dever de homem público, mas, com prazer, faço questão de registrar.



Para Vicentinho, iniciativa traria novos nomes à política, entre eles os de jovens líderes populares de baixa renda